

A festa do Rosário dos homens pretos na cidade de São Cristóvão (SE)

Resumo

Vanessa dos Santos Oliveira: Licenciada em História pela Universidade Federal de Sergipe. Mestranda em Sociologia (NPPCS/UFS).

Verônica Maria Meneses Nunes. Licenciada em História pela Universidade Federal de Sergipe. Mestre em Memória Social e Documento pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNI-RIO).

As irmandades foram no Brasil os principais veículos de difusão do catolicismo popular, contribuindo para a manutenção do culto, assistência material e espiritual da população. Caracterizado pela devoção/promessa, esse modelo de catolicismo tinha nas festas aos santos um dos mais importantes momentos da religiosidade popular. Nesse sentido, este artigo faz uso da contribuição de fontes primárias para perceber as mudanças ocorridas na festa dedicada a Nossa Senhora do Rosário durante o século XIX e início do século XX.

Palavras-chave: São Cristóvão. Irmandade. Festa.

Abstract

The brotherhoods in Brazil were the main diffusers of the popular Catholicism contributing to maintenance of the cult, material and spiritual assistance of population. This Catholicism marked for devotion/promise had in the parties to saints one of more important moments of the popular religiosity. Therefore, this article uses the contribution of the primary documentation to perceive the changes in the Rosário's party during the century XIX and the beginning of the century XX.

Key-words: São Cristóvão. Brotherhood. Party.

Introdução

A igreja luso-brasileira foi implantada sob a égide do modelo da cristandade medieval, tendo como uma de suas principais características o aspecto da devoção-promessa aos santos que se insere no catolicismo tradicional e popular. Segundo Oliveira, Valle e Antoniazzi (1978: 23), o catolicismo popular pode ser definido como o conjunto de todas aquelas práticas religiosas da população católica que não se enquadram naquilo que é oficialmente proposto pela hierarquia da Igreja, ou seja, a maneira pela qual o povo pratica seu catolicismo.

Nesse contexto, a religiosidade da população se expressava na vida privada por meio do culto doméstico realizado nos oratórios ocupados pelos santos de devoção familiar. Entretanto, o que era mais importante era a existência de uma expressão religiosa exterior, marcada pela teatralização num momento em que ser católico era uma norma¹. O culto exterior se realizava nos santuários dedicados a santos de grande devoção popular, e estava voltado para um público regional ou local, tendo como centro da vida religiosa as capelas que se proliferaram no Brasil graças à ação das irmandades e confrarias (OLIVEIRA, 1997).

As irmandades, santas casas e ordens terceiras, remanescentes das corporações de artes e ofícios da Europa na Baixa Idade Média, surgiram entre os séculos XII e XV. A meta inicial era congregar fiéis em torno da devoção de um santo escolhido como padroeiro, obedecendo às regras contidas no compromisso que determinava objetivos, modalidades de admissão, deveres e obrigações. Após sua aprovação, os irmãos deveriam venerar o padroeiro, promover seu culto e festa além de ter igreja que os acolhessem.

Essas associações de leigos constituíram uma força auxiliar do Estado e da Igreja dentro do Império Ultramarino português, desempenhando funções que lhes cabiam, tais como o assistencialismo espiritual e social da população (BOSHI, 1986: 14). Neste sentido, serviam de instrumento de divulgação dos rituais e sacramentos da Igreja contribuindo para a difusão do catolicismo popular, para a construção de capelas e para a sustentação do culto, através da organização de missas, festas religiosas e procissões para os santos padroeiros, bem como a realização dos rituais fúnebres no falecimento dos confrades. No que se refere aos serviços de ordem social, prestavam auxílio financeiro aos interessados, mantinham hospitais, asilos, cemitérios e orfanatos. Esses papéis revelam a deficiência de ambas as instituições no cumprimento de suas obrigações junto aos seus súditos e fiéis sendo conferidos aos leigos a responsabilidade e o ônus da assistência pública e espiritual (REIS, 1991: 51).

O presente artigo pretende analisar a contribuição de duas fontes primárias de cunho oficial e memorialístico para a compreensão das transformações ocorridas na festa dedicada a Nossa Senhora do Rosário, promovida pela Irmandade dos Homens Pretos do Rosário na cidade de São Cristóvão-SE, durante a segunda metade do século XIX e início do XX.

1. Embora a Inquisição portuguesa nunca tenha se instalado no Brasil, sua ação desempenhou um verdadeiro poder repressivo ao lado do rei e do clero gerando um clima de repressão aos “desviantes” que contribuiu para a imposição do catolicismo como religião hegemônica. Sobre esse assunto, ver HOORNAERT, Eduardo. Formação do Catolicismo Brasileiro: 1550-1800. 3a. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

O campo religioso cristovense

A experiência religiosa do Sergipe no século XIX se enquadrava-se nos moldes do chamado catolicismo tradicional e popular, marcadamente devocional e de cunho familiar. A Província vivia dias de prosperidade auferida pela exportação do açúcar, que desde a segunda metade do século XVIII tornara-se seu principal produto, acompanhado por outros de menor expressividade como aguardente, algodão, tucum, farinha de mandioca, couros, solas, fumo, arroz e gado (carne e montaria). Contava com a cidade de São Cristóvão, as vilas de Santa Luzia do Itanhi, Thomar, Lagarto, Itabaiana, Santo Amaro, Vila Nova e Propriá e as missões de Água Azeda, Pacatuba, Japarutuba e São Pedro (SOUZA, 1878; NUNES, 1996).

Luís Mott (1986) sugere que a população sergipana nesse período era de 115.418 habitantes, sendo composta por 22.055 brancos (19,11%), 51.067 pardos (44,24%), 1.500 índios (1,30%) e 40.796 pretos (35,35%). A parcela da população classificada como pretos era relevante, representando 35,35% dos habitantes da Província. Dentre os 40.796 pretos, 62,46% eram escravos. A população “de cor” constituía a principal fonte de preocupação para a sociedade sergipana².

A cidade de São Cristóvão era o centro religioso e burocrático da Província. Nela estavam localizados a sede do vigário-geral e os conventos dos carmelitas e franciscanos além de abrigar como capital até 1855 as autoridades responsáveis pelo funcionamento do aparato político-administrativo (NUNES, 1996).

De acordo com os estudos sobre a cidade, a partir da transferência da capital para Aracaju, São Cristóvão teria perdido a efervescência própria de centro urbano que lhe era peculiar. De acordo com Galvão Júnior,

De imediato, há o esvaziamento do casco urbano. Assim como o silêncio nas músicas pode ser eloqüente, nos ambientes carregados de atividades, rituais e poderes, as ausências podem ser tão eloqüentes quanto traumáticas para aquela comunidade. Com certeza não foi fácil testemunhar tal esvaziamento e abandono ainda que gradual, de sorte a permitir à cidade visualizar alternativas de sobrevivência (2006: 16).

Todavia, baseado em fontes primárias este estudo revela a importância da cidade para o cotidiano religioso e festivo do Sergipe, mesmo depois da transferência da capital.

Desde cedo era significativo número de igrejas e capelas presentes no universo religioso local. Os leigos se organizavam nas irmandades ou confrarias e reconstituíam, no campo do sagrado, a estratificação presente na sociedade pois, brancos, pardos e pretos ocupavam locais distintos na estrutura social. Segundo o historiador João José Reis (1996: 5), a distinção étnico-nacional constituía a lógica das confrarias no Brasil. As de brancos poderiam ser de portugueses ou brasileiros enquanto que aquelas dedicadas à população negra poderiam se subdividir entre os africanos e tinham como critério para a adesão a etnia, ou ainda a diferenciação entre os africanos e os nacionais.

2. Como mostrou Manuela Carneiro da Cunha (1985), essa era uma tendência presente em todo o país, onde até a abolição a população livre excedia a população escrava sendo que a população negra e parda livre sempre ultrapassou a branca, pois a camada dos libertos de cor crescia mais rapidamente que a população branca.

Dessa forma, existiam em São Cristóvão associações religiosas para brancos, pardos e pretos. Os brancos representantes da elite local compunham as irmandades do Santíssimo Sacramento, de Nossa Senhora da Victória, de São Miguel Arcângelo, da Ordem Terceira do Carmo e da Ordem Terceira de São Francisco. Os pardos que reuniam-se na irmandade dedicada a Nossa Senhora do Amparo, enquanto que os pretos associavam-se à irmandade que tinha como padroeira Nossa Senhora do Rosário.

O acesso às confrarias era regulado por critérios econômicos e étnicos contidos nos compromissos, onde também estavam expressos os direitos e deveres dos irmãos. Entre as exigências mais comuns encontravam-se a de ser católico, e a de possuir boa conduta moral e civil. Era preciso possuir meios de subsistência e estar no poder da administração de seus bens com possibilidade de pagar os encargos³ e, se tratando de irmandade financiada pela elite, fazia-se além da distinção de condição econômica a da cor da pele⁴. De acordo com Fredrik Barth (1998), em situação de interação, os grupos étnicos selecionavam traços diacríticos significativos que passavam a ser utilizados como sinais de distinção, uma vez que demonstravam sua identidade. Desse modo, a cor da pele era um importante elemento distintivo para formular fronteiras entre os grupos.

Com a segregação do campo sagrado, os pretos constituíram seus próprios espaços de devoção. As irmandades negras eram comumente dedicadas a Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, Santo Antônio de Catigerona, Santa Ifigênia, Santo Elesbão ou Nossa Senhora dos Prazeres.

Regulamentadas no Brasil pela Carta Régia de 01 de março de 1700, essas irmandades eram incentivadas pela Igreja e pelos proprietários, pois se constituíam em instrumentos de conversão e incentivo à paz e obediência. Todavia, essas instituições foram também importantes para a reconstituição das redes de solidariedade étnica e para a conservação de valores por parte desses grupos.

No espaço físico das cidades as capelas construídas pelos pretos ocupavam um espaço que simbolizava sua posição na sociedade, ou seja, à margem do núcleo central, que era ocupado pelas matrizes que abrigavam as confrarias mantidas pelos membros da elite. Na região central de São Cristóvão, está localizada a Igreja Nossa Senhora da Victória que abrigava as irmandades erigidas pela elite. Os templos que foram outrora ocupados por pardos e pretos situam-se em espaços periféricos, onde estão localizadas as igrejas de Nossa Senhora do Amparo e Nossa Senhora do Rosário.

As fontes analisadas revelam que a Irmandade dos Homens Pretos do Rosário da cidade de

Imagem de Nossa Senhora do Rosário – Acervo da Fundação Museu de Arte Sacra de São Cristóvão.



3. Entre os encargos que os confrades estavam obrigados a cumprir estavam o pagamento da jóia de entrada, das anuidades e a contribuição para a festa do orago.

4. Conforme Compromissos contidos em FRANCO, Candido Augusto Pereira. Compilação das Leis Provinciaes de Sergipe 1835 a 1880. Vol I. Aracaju: Typ. de F. das Chagas Lima. s.d.

São Cristóvão datam do século XVII⁵ sendo que a construção da igreja que a abrigava foi por ela financiada. De acordo com Nunes (1996: 254), a construção do edifício iniciou-se em 1746, sendo finalizado na segunda metade do século XVIII.

Conforme consta na cópia do compromisso de 1860 (APES, Ordem 05-A, Cx. 29), a confraria permitia a entrada de qualquer pessoa, desde que tivesse condições de pagar a jóia de entrada e a contribuição para a festa da padroeira. No entanto, a composição da mesa administrativa estava limitada aos angolas e crioulos ocupando cada grupo quatro vagas como juizes e quatro como procuradores, divididas entre homens e mulheres⁶ como indica o compromisso:



Igreja Nossa Senhora do Rosário – São Cristóvão (SE).

Na Vespera, ou dia da festa da Senhora do Rosário pela manhã, se fará a eleição dos novos Officiaes em presença do Reverendo Vigário: a saber dous Juizes, e duas Juizas dos Angollas, e dos Crioulos, quatro Procuradores do mesmo modo, que servirão dous os primeiros seis mezes, e os outros dous nos outros seis, e os Mordomos que parecerem bastantes.

Logo, pela restrição imposta na composição da mesa administrativa percebemos que, apesar de permitir o acesso de brancos, pardos e pretos de outras origens à Irmandade do Rosário, estes estariam submetidos à direção de angolas e crioulos. Este fato nos conduz à percepção de uma distinção étnica nesta associação⁷.

Podemos dizer então que se trata de organização étnica com uma estrutura de poder e liderança baseada em alianças entre crioulos e angolas em busca de uma hegemonia no controle dos cargos. Usamos o conceito de grupo organizacional tal qual foi entendido por Barth, na introdução a *Grupos étnicos e suas fronteiras*, pois “na medida em que os atores usam identidades étnicas para categorizar a si mesmos e outros, com objetivo de interação, eles formam grupos étnicos neste sentido organizacional” (1998: 194).

O fato é que sob o signo de homens pretos do Rosário os membros da Irmandade cristovense fundaram uma identidade baseada na etnicidade, que passava pela atribuição e pelo reconhecimento na interação com outros grupos de leigos, numa disputa por bens sagrados e reconhecimento no campo religioso católico da cidade. Assim, na negociação com seus “outros” - brancos e pardos – estabeleciam-se fronteiras formadas a partir da seleção de elementos diacríticos que se tornavam seus traços definidores.

5. A data tomada como base, 1686, aparece em cópia do compromisso de 28 de abril de 1860.

6. As mulheres eram escassas nas comunidades africanas derivando daí talvez o interesse dos homens em recrutá-las para as irmandades.

A escrita da festa de Nossa Senhora do Rosário

Esse estudo se baseou em dois tipos de fontes: uma de cunho memorialístico e outra de caráter oficial, a saber, o *Anuario Christovense* de Serafim Sant'Iago e a *Prestação de Contas* do tesoureiro da Irmandade dos Homens Pretos do Rosário Luiz de França Marques. Passaremos a sua apresentação.

1. *Anuario Christovense*

O *Anuario Christovense* está reunido em dois volumes de livros e é, como o apresenta seu autor Serafim Sant'Iago, “meu primeiro livro manuscrito, trabalho e grande esforço de quem mal escreve o português, ou só pode escrevinhar, o que intitula ‘Anuario Christovense’ visto nele só constar de cousas referentes à tradicional cidade de São Christóvão” (fl. 1). Podemos compreendê-lo como um conjunto de significações, um registro escrito e seqüenciado de acontecimentos que favorecem formas partilhadas de sua apropriação (MEGIANI, 2001).

A leitura do conjunto da obra ou a leitura das ocorrências mensais nos proporciona conhecer aspectos da cidade a partir dos indícios da memória do autor. Ao *Anuario* pode ser introduzida a idéia do monumento/documento, resultante das lembranças sobre o passado da antiga capital do Sergipe, que, sob a ótica do autor, não é somente objeto, mas uma rede de inter-relações estabelecida através das festas que envolvem os vários segmentos da sociedade cristovense, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do seguinte.

Serafim Sant'Iago era funcionário público nascido em junho de 1860, na cidade de São Cristóvão, e veio a falecer em 01 de setembro de 1932, quando residia na rua São Cristóvão, número 90, em Aracaju, local onde viveu durante 50 anos,⁸ “longe do seu torrão paterno” (fl. 1 v.).

Sua escrita aborda, de modo saudosista, o cotidiano da cidade. Assim diz ele: “Velho e maníaco como sou tido pelos meus, e assim me considero (em 1920), já contando meus 60 anos de existência sempre bairrista, sou e serei até a morte. Serei criminoso em fazer esta declaração? Estou convicto que não” (fl. 1 v., grifo do autor). A auto-apresentação nos revela que ao escrever, o autor se vê como uma testemunha que registra suas recordações para que um filho ou neto delas pudesse se apropriar para tomar conhecimento do passado e de substituí-lo na guarda e, conseqüentemente, na transmissão da informação. Entretanto, devemos lembrar que é o indivíduo – Serafim Sant'Iago – quem recorda e deposita em outrem a salvaguarda das suas lembranças que hoje encontram-se custodiadas no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

2. *Prestação de Contas do tesoureiro Luiz de França Marques*

7. Todavia, é necessário esclarecer que termos étnicos como angolas, nagôs, jejes, representam identidades étnicas criadas com o tráfico, que envolviam grupos étnicos mais específicos oriundos da África. Na maioria das vezes as irmandades se formavam em torno de identidades africanas mais amplas, criadas na diáspora, podendo unir povos que na África estavam separados por grandes distâncias geográficas e culturais ou reforçar antigos conflitos (SOARES, 2004; REIS, 1996). Dessa forma, as irmandades contribuíram para a permanência das identidades formuladas com o tráfico.

Este documento integra a caixa de Bens Religiosos do fundo Cartório do Primeiro Ofício de São Cristóvão, situado no Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe. A documentação nela contida nos permite entender o cotidiano religioso de Sergipe. Do seu corpus documental tomamos para este estudo a referida prestação de contas que informa acerca das despesas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário no período de 1878 a 1886. A partir desses dados levantamos os indícios das despesas com a festa da padroeira.

O cruzamento da fonte memorialística com a oficial permitiu conhecer o aparato externo e interno da festa do Rosário a partir do olhar daquele que a assistiu e também daquele que prestou contas da despesa que incluía a organização da festa.

A festa de Nossa Senhora do Rosário

As festas eram momentos ímpares para a observação das estratégias identitárias dos confrades. Como notou Reis (1991: 68), a manutenção do seu espaço, do prestígio bem como a capacidade de recrutar novos membros dependia da competência lúdica de cada confraria, uma vez que a grandiosidade das celebrações e o papel das irmandades nas mesmas eram requisitos determinantes para a adesão de novos membros.

Na Irmandade dos Homens Pretos do Rosário a festa dedicada à padroeira era um momento de reforço da distinção por parte dos irmãos, uma vez que vários símbolos identitários faziam-se presentes. Sua importância já estava expressa no compromisso da confraria, que exigia dos membros contribuição específica para esse evento no primeiro capítulo:

Toda a pessoa que se quiser assentar [como] Irmão desta Santa Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, em que se ganhão muitas graças, e indulgências, pagará da sua entrada do-us tustoens, e no dia da festa quatro vinténs: e se for casado hum Cruzado por si, e por sua mulher, e meia pataca no dito dia da festa.

Consta da cópia do compromisso de 1860 que a festa da padroeira dos pretos era realizada na primeira oitava do Natal. Confrontando esses dados com a prestação de contas do tesoureiro da confraria Luiz de França Marques, no ano de 1886, percebemos que no século XIX a festa do Rosário na cidade de São Cristóvão era celebrada à Epiphania ou adoração dos Reis Magos. Segundo a antropóloga Beatriz Góis Dantas (1976), a coincidência resulta, ao menos em parte, do ajuste das festas ao calendário agrícola sendo realizadas preferencialmente em época que não prejudicasse as atividades agrárias, uma vez que esse já era um período com muitos dias santificados. Além disso, era costume nessas festas coroar reis negros e então passou-se a dedicar um dia desta festa para celebrar o dia dos Reis Magos, conforme o dia que a Igreja Católica dedicava

8. Chegamos a essas datas a partir do cruzamento de dados entre uma data existente no Anuario e o atestado de óbito do seu autor (Cartório do Registro Civil de São Cristóvão).

a esses Reis.

De acordo com o compromisso, a festa da Virgem Senhora do Rosário era um momento singular para os irmãos, sendo precedida de uma fase preparatória, quando o recinto era devidamente organizado para este evento ao indicar que “os procuradores terão particular cuidado em concertar a igreja e o altar da Senhora com aquelle ornato que puder ser melhor”. A instrução parece ter sido seguida, pois encontramos referências a várias obras realizadas na capela nos meses de dezembro e janeiro, indicando tratar-se de um dos preparativos para a festa, como mostra a tabela que segue:

ano	mês	descrição da obra	valor
1878	dezembro	Dois alqueires de cal para obra na igreja	4:480
1879	janeiro	Serviço feito na igreja	9:500
1883	dezembro	Dois nichos e seis castiçais para o altar-mor	51:940
1884	dezembro	Tintas da pintura do retábulo	6:640
1885	dezembre	Caimento da igreja para dentro e fora	22:000

Fonte: Prestação de contas do tesoureiro Luiz de França Marques (1886) – AGJS, Bens Religiosos, Cx.127.

A celebração contava com missa, pregação, fogos, armação e música, que tornavam os meses de dezembro e janeiro os mais dispendiosos para a Irmandade. Entre dezembro de 1878 e janeiro de 1879, período de preparação para as festas, os gastos da irmandade alcançaram o valor de 33//380 réis, em contraposição ao mês de março, por exemplo, quando as despesas, referentes à aquisição de tecidos, ficaram em apenas 17//400 réis,. Confirmando sua importância, nesta ocasião também era realizada a eleição dos novos juizes, procuradores, mordomos, escrivão e tesoureiro que comporiam a mesa administrativa da Irmandade dos Homens Pretos do Rosário.

Todavia, conforme indica o memorialista Serafim Sant'Iago no seu *Anuario Christovense* (1920), posteriormente as festas vieram a ser celebradas separadamente. Segundo o relato que nos deixou, a adoração aos Reis Magos se dava no dia 6 de janeiro, promovida pela Irmandade dos Homens Pretos, inaugurando o calendário festivo da cidade.

A confraria elegia três reis e três rainhas aos quais competiam as despesas da festa. No dia 21 de dezembro era suspenso o mastro na porta da igreja pela irmandade com grande alegria e festa, como foi por ele atestado:

Na ocasião de suspenderem o vistoso mastro, repicavam os sinos, subiam muitos foguetes em gyrandolas, e elles, levados pelo entusiasmo, reuniam-se em uma casa fronteira e tomavam vinho, genebra etc; e, saudando a Virgem do Rozario, erguiam - Vivas!! (p. 7 v).

Chegado o grande dia, os confrades, vestidos com capas brancas, dirigiam-se à residência dos reis e rainhas, acompanhando-os até a igreja, onde eram coroados pelo padre durante a missa. Concluídos os rituais sagrados, autos e danças populares eram apresentados na frente do templo, primeiramente a taieira, em seguida cacumbi, chegança, mourama e batalhão de fuzileiros.

Após as apresentações, a taieira acompanhava a procissão, visitando algumas residências⁹.

Já a festa de Nossa Senhora do Rosário passou a ser celebrada em São Cristóvão no primeiro domingo do mês de outubro, com missa cantada e uma simples procissão denominada Terço. Assim a descreve Sant'Iago:

Sahia a charola da Virgem do Rozario acompanhada pelo Sacerdote, paramentado com pluvial branco, acolythado pelo sacristão, que, [fl. 86, v.] tangia o rico e antigo turibulo de prata, alimentando, de quando em vez, as brazas que continha no sagrado vaso, com uma colher de aromatico incenso; na frente ia a Irmandade dos homens prêtos de Rozario, como ali era conhecida. O povo acompanhava resando o terço até recolher-se da procissão, tendo então a benção do S. Sacramento (fl. 87).

Considerações finais

É possível que a separação das festas indique a passagem para um momento mais romanizado da experiência religiosa sergipana. Inspirada nas diretrizes da Cúria Romana, a reforma católica foi uma tentativa de modernização das estruturas da igreja luso-brasileira, através da implantação de um modelo de Igreja inspirado no Concílio de Trento, com ênfase na autonomia em relação ao poder civil e no fortalecimento do poder hierárquico (AZZI, 1992: 29). Nesse contexto, deslocou-se o eixo da devoção para a prática sacramental, quando os santuários populares e centros de romaria foram subtraídos à direção das irmandades passando a ser administrados pelo clero, promovendo assim a marginalização dos leigos e das expressões populares de fé.

Com o objetivo de mudar as práticas religiosas populares e seguindo o modelo implantado no país com maior ênfase a partir da segunda metade do século XIX, em Sergipe a hierarquia eclesiástica romanizada eliminou os elementos considerados profanos das devoções e fez com que o clero assumisse a direção das manifestações de culto e das associações religiosas, de modo a poder utilizá-las como instrumento de catequese popular (*Idem*: 33). Assim, visto que a adoração dos Reis Magos tinha características profanas mais predominantes como a presença de danças, música e bebidas, com a separação a festa dedicada a Nossa Senhora do Rosário passou a ser celebrada de forma mais sacralizada, contando apenas com missa e procissão.

As fontes aqui utilizadas são testemunhos de um período em que a cidade de São Cristóvão já não era mais a capital de Sergipe, que comumente é pensado como o fim de um período áureo causado pelo esvaziamento da cidade em função da transferência dos órgãos administrativos para Aracaju. No entanto, a documentação nos mostra a permanência e as transformações de um evento entre tantos outros do seu calendário festivo que evidenciam a manutenção da vitalidade cultural de forma intensa na antiga capital de Sergipe.

9. Beatriz Góes Dantas (1972), em trabalho sobre as taieiras nas cidades de São Cristóvão, Laranjeiras e Lagarto demonstrou que as festas das irmandades eram momentos em que a cultura negra aflorava em meio ao ritual católico, com a presença de reis e rainhas, grupos de dança e folguedos como taieira, chegança e cacumbi nas comemorações consagradas a São Benedito e Nossa Senhora do Rosário. Na cidade de Laranjeiras a taieira continua a fazer parte da festa, dirigida pela mãe de santo Bilina.

FONTES

- Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES)
Cópia do compromisso da Irmandade dos Homens Pretos do Rosário da Freguesia de Nossa Senhora da Victória. Coleção Sebrão Sobrinho, Ordem 05-A, Cx. 29.
- Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS)
Anuario Christovense. SS, Cx. 213.
- Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe (AGJES)
Prestação de Contas da Irmandade dos Homens Pretos do Rosário (1886). Bens Religiosos, Cx.127.

BIBLIOGRAFIA

- AZZI, Riolando. *O altar unido ao trono: um projeto conservador*. São Paulo: Paulinas, 1992.
- BARTH, Fredrik. “Grupos étnicos e suas fronteiras”. In: POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade, seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: UNESP, 1998, p. 187-227.
- BOSHI, Caio César. *Os leigos e o poder*. São Paulo: Ática, 1986.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Companhia das Letras, 1985.
- DANTAS, Beatriz Góis. *A taieira de Sergipe: uma dança folclórica*. Petrópolis: Vozes, 1972.
- _____. “Nota prévia sobre rituais folclóricos numa festa de igreja: a festa de São Benedito na cidade de Laranjeiras”. In: *Revista Sergipana de Folclore*. Ano I, n.º 1, agosto de 1976. p. 7-15.
- FRANCO, Candido Augusto Pereira. *Compilação das leis provinciais de Sergipe: 1835 a 1880*. Vol I. Aracaju: Typ. de F. das Chagas Lima. s.d.
- GALVÃO JÚNIOR, José L. “Análise da evolução morfológica do espaço urbano”. In: *Proposição de inscrição da Praça São Francisco em São Cristóvão (SE) na lista do patrimônio mundial*, 2007.
- HOORNAERT, Eduardo. *Formação do catolicismo brasileiro: 1550-1800*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- MEGIANI, Ana Paula Torres. “A escrita da festa: os panfletos das jornadas filipinas de Lisboa de 1581-1619”. In: JANCSÓ, István e KANTOR, Íris (orgs.). *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa*. Vol. 2. São Paulo: Hucitec; Ed. USP; FAPESP; Imprensa Oficial, 2001, p. 639-653.

- MOTT, Luís R. B. *Sergipe del Rey: população, economia e sociedade*. Aracaju: Fundesc, 1986.
- NUNES, Maria Thétis. *Sergipe colonial II*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1996.
- OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de; VALLE, J. Edênio e ANTONIAZZI, Alberto. *Evangelização e comportamento religioso popular*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. “As funções políticas do catolicismo popular”. *49º Congresso Internacional del Americanistas (ICA)*, 1997. (www.naya.org.ar/)
- REIS, João José. *A morte é uma festa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- REIS, João José. “Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão”. *In: Tempo*. Rio de Janeiro, vol. 2, n.º 3, 1996, p. 7-33.
- SOARES, Mariza de Carvalho. “A ‘nação’ que se tem e a ‘terra’ de onde se vem: categorias de inserção social de africanos no Império português, século XVIII”. *In: Estudos Afro-Asiáticos*. Ano 26, n.º 2, 2004, pp. 303-330.
- SOUZA, Marcos Antônio de. *Memória sobre a capitania de Sergipe: sua formação, população, produtos e melhoramentos de que é capaz*. Aracaju: Typ. do Jornal do Comércio, 1878.